

Boletim Informativo Julho-Agosto 2025



Este boletim informativo é uma publicação eletrônica bimestral que tem a finalidade de divulgar de forma sucinta e objetiva informações sobre os Precedentes Qualificados, além de notícias institucionais relacionadas às atribuições da 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

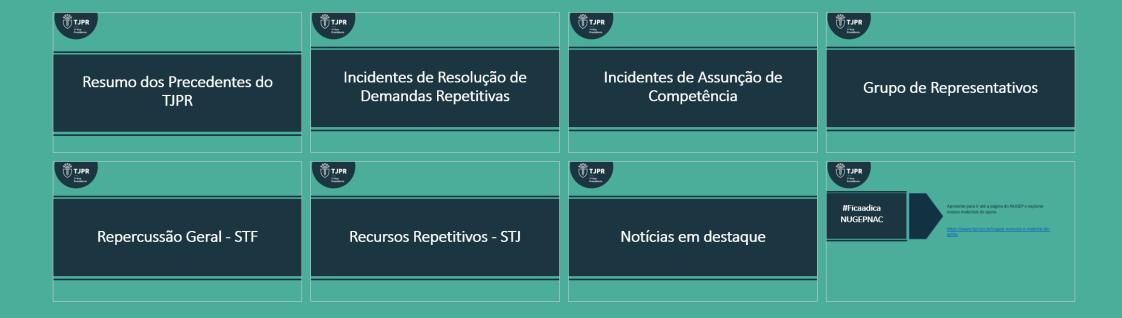
CONTATOS

1ª Vice-Presidência 41 3200.2125 e 3200.2126 1vicepresidente@tjpr.jus.br

> NUGEPNAC 41 3210.7733 nugepnac@tjpr.jus.br



Veja nesta edição:

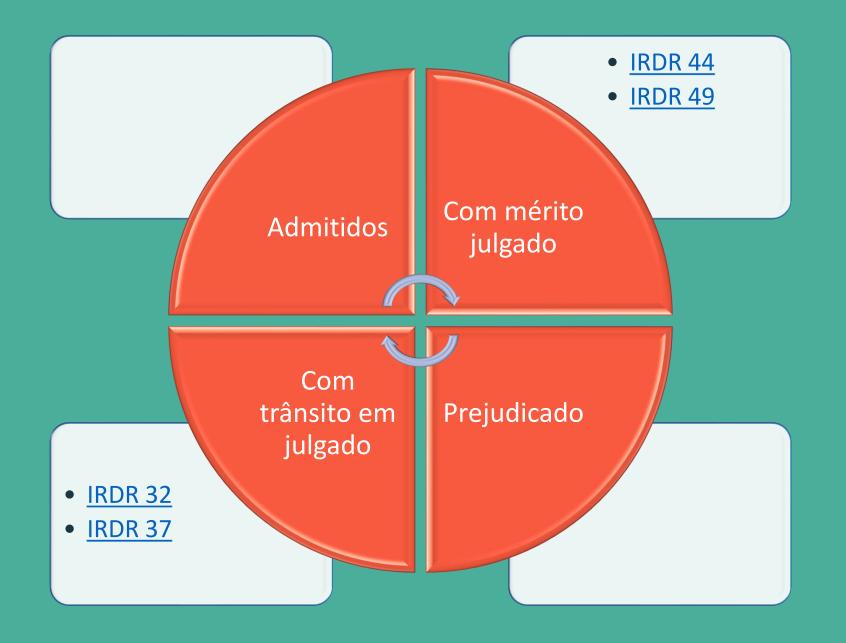




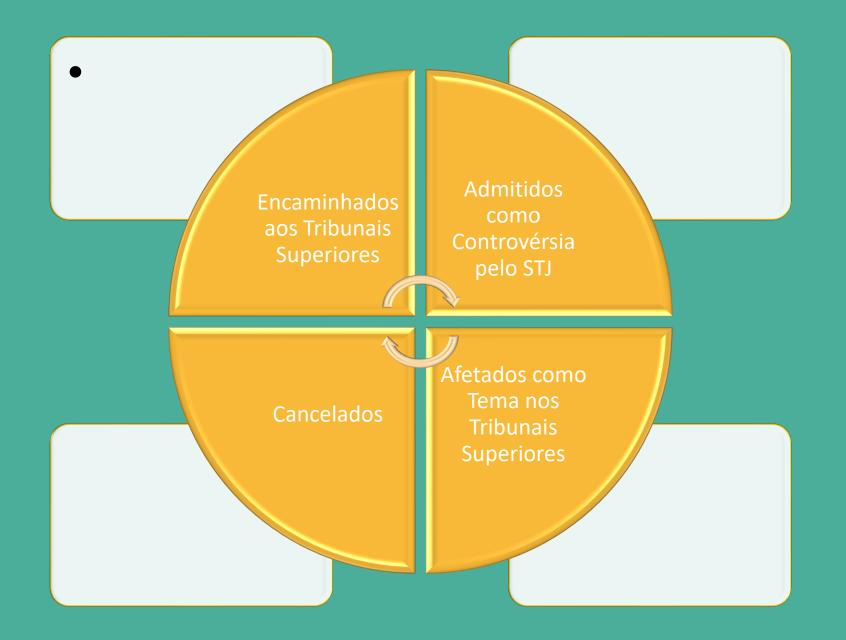
Resumo dos Precedentes do TJPR



IRDRs e IACs



Grupo de Representativos





Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas



IRDR com mérito julgado

IRDR	44
NPU	0081311-89.2023.8.16.0000
Processo	0000209-77.2022.8.16.0033
Paradigma	
Relator	Des Marcus Vinicius de Lacerda Costa
Órgão Julgador	Órgão Especial
Tese fixada	No segundo leilão extrajudicial, é vedada a arrematação de bem imóvel dado em garantia fiduciária por preço vil, assim entendido o montante inferior à metade do valor atualizado da avaliação do bem.
Observações	

IRDR	49
NPU	0071595-04.2024.8.16.0000
Processo	0010554-36.2024.8.16.0194
Paradigma	
Relator	Des Luciano Carrasco Falavinha Souza
Órgão Julgador	Órgão Especial
Tese fixada	(1) Alterada a natureza jurídica da parte, com modificação da competência absoluta, incide a exceção legal prevista no art. 43 do CPC, in fine, independentemente do interesse jurídico em discussão." (2) Publicado este IRDR, os processos envolvendo a Copel S.A, sem sentença de mérito, devem ser remetidos à Vara Cível respectiva; com sentença de mérito (na fase de conhecimento), devem os feitos continuar tramitando na Vara da Fazenda Pública respectiva.
Observações	



IRDR com trânsito em julgado

IRDR	32
NPU	0013356-12.2021.8.16.0000
Processo	0006138-71.2020.8.16.0030 Ap
Paradigma	
Relator	Desembargador Antonio Renato Strapasson
Órgão Julgador	Órgão Especial
Tese fixada	Não conhecido em 18/06/2025 (Inadmitido) . Com o advento da tese do tema 1132/STJ, se mostra o reconhecimento da perda superveniente do objeto do presente IRDR.
Observações	Transitado em julgado dia 30/07/2025

IRDR	37
NPU	0042873-62.2021.8.16.0000
Processo	0003485-76.2019.8.16.0048
Paradigma	
Relator	Des Roberto Portugal Bacellar
Órgão Julgador	Órgão Especial
Tese fixada	1. A partir da vigência da Lei Estadual n. 10.219/1992, que transformou empregos públicos em cargos, os servidores atingidos têm direito ao cômputo do tempo laborado para fins de licença especial/licença prêmio. 2. Previamente à vigência da Lei, o tempo de serviço não pode ser contado com vistas à obtenção de licença especial/licença prêmio.
Observações	Transitado em julgado dia 25/08/2025



Incidentes de Assunção de Competência



Grupo de Representativos



Repercussão Geral - STF



		Temas com Acórdão de Reperc	cussão Geral Public	ado Julho-Agost														
					Câmaras Cíve 12 42 62 82 112 1 10 1 10				Câmaras Cíveis								Outr	os
Tema	Leading case	Título do Tema	Ramo do direito	Data acórdão de Rep. Geral	2ª	4ª 5ª	6ª 9ª 7ª 10ª	11ª 12ª	13ª 14ª 15ª 16ª		e	1ª 2	<u>2</u> a	3ª 4ª ((5 <u>a</u>	DE i t o r a	F e d e r a	Trabal
1391	RE 1522312	Constitucionalidade da incidência de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre o ganho de capital na doação a título de adiantamento de legítima.	DIREITO TRIBUTÁRIO	01/07/2025													Х	
1397	ARE 1442005	Constitucionalidade da cobrança de contribuição de pensão militar devida pelos militares das Forças Armadas em relação aos pensionistas militares do Distrito Federal, com fundamento em Lei Federal (Lei nº 13.954/2019).	DIREITO ADMINISTRATIVO	22/08/2025													X	
1401	RE 1425640	Constitucionalidade da limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL na hipótese de extinção da pessoa jurídica.	DIREITO TRIBUTÁRIO	21/08/2025													Х	
1412	ARE 1537713	Abrangência das medidas protetivas nas hipóteses de violência contra a mulher baseada no gênero, frente às obrigações assumidas pelo Estado brasileiro nos sistemas de proteção dos direitos humanos.	DIREITO PROCESSUAL PENAL	01/08/2025											Х			
1413	RE 1554371	Atribuição de responsabilidade tributária ao intermediador de pagamento e/ou à plataforma de marketplace pelo ICMS incidente sobre operações com mercadorias ofertadas ou vendidas por terceiros em meio eletrônico nas hipóteses de ausência de emissão de nota fiscal obrigatória e/ou descumprimento de obrigações acessórias.	DIREITO ADMINISTRATIVO	15/08/2025	Х													
1417	ARE 1560244	Prevalência das normas sobre o transporte aéreo em relação às normas de proteção ao consumidor para disciplinar a responsabilidade civil por cancelamento, alteração ou atraso de voo por motivo de caso fortuito ou força maior.	DIREITO DO CONSUMIDOR	29/08/2025			Х											
1417	ARE 1560244	ofertadas ou vendidas por terceiros em meio eletrônico nas hipóteses de ausência de emissão de nota fiscal obrigatória e/ou descumprimento de obrigações acessórias. Prevalência das normas sobre o transporte aéreo em relação às normas de proteção ao consumidor para disciplinar a responsabilidade civil por cancelamento, alteração ou	ADMINISTRATIVO DIREITO DO		X		Х											



		Temas de Repercussão Geral com Ao	córdão de Mérito F	Publicado Julho-A	Ago:	sto/	202	5											
							Cân	naras	Cív	eis			Câm Crimi				O	outro	S
Tema	Leading case	Tese	Ramo do direito	Data acórdão de mérito	1º 2º 3º	4 <u>ª</u> 5 <u>ª</u>	6 <u>ª</u> 7ª	8ª 9ª 10ª	11ª 12ª	14ª 15ª	17º 19º e e 18º 20º	1ª	2ª	3 <u>a</u> 4 <u>a</u> 5 <u>a</u>		OE	E l e i t o r a l	Federa	Trabalhista
656	RE 608588	Limites da atuação legislativa local para disciplinar as atribuições das guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do município.	DIREITO ADMINISTRATIVO	22/08/2025	Х	Х										Х			
998	ARE 959620	Controvérsia relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, por ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e à proteção ao direito à intimidade, à honra e à imagem.	DIREITO PROCESSUAL PENAL	02/07/2025	Х							Х	Х	Х					
1035	ARE 990094	Constitucionalidade da utilização do tipo de atividade exercida pelo estabelecimento como parâmetro para definição do valor de taxa instituída em razão do exercício do poder de polícia.	DIREITO TRIBUTÁRIO	26/08/2025	Х	Х										Х			
1186	RE 1341464	Exclusão dos valores relativos ao PIS e à COFINS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).	DIREITO TRIBUTÁRIO	03/07/2025	Х														
998	ARE 959620 ARE 990094	destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do município. Controvérsia relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, por ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e à proteção ao direito à intimidade, à honra e à imagem. Constitucionalidade da utilização do tipo de atividade exercida pelo estabelecimento como parâmetro para definição do valor de taxa instituída em razão do exercício do poder de polícia. Exclusão dos valores relativos ao PIS e à COFINS da base de cálculo da Contribuição	ADMINISTRATIVO DIREITO PROCESSUAL PENAL DIREITO TRIBUTÁRIO	02/07/2025 26/08/2025	X	X				164		X		X	x x	x x		X X X X	



		Temas de Repercussão Geral co	m trânsito em julg	ado Julho-Agost	Agosto/2025 Câmaras							22							
							Câr	naras	Cíveis				Câma Crimi				Ou	itros	
Tema	Leading case	Tese	Ramo do direito	Data do trânsito	1ª 2ª 3ª	4ª 5ª	6ª 7ª	8ª 9ª 10ª	13 ¹ 11 ² 14 ¹ 12 ² 15 ¹	e	19ª e 20ª	1ª	2ª	3ª 4ª 5ª	6ª	OE	E I e i t o r a I	Tr Faeb dael rhai Is	
816		1. É inconstitucional a incidência do ISS a que se refere o subitem 14.05 da Lista anexa à LC nº 116/03 se o objeto é destinado à industrialização ou à comercialização; 2. As multas moratórias instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e municípios devem observar o teto de 20% do débito tributário.	DIREITO TRIBUTÁRIO	30/08/2025	Х														
968		1. É constitucional a previsão, em lei federal, de medidas sancionatórias ao ente federativo que descumprir os critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social. 2. Admite-se o controle judicial das exigências feitas pela União no exercício da fiscalização desses regimes. Nesse caso, o ente fiscalizado deverá demonstrar, de forma técnica: (i) a inexistência do déficit atuarial apontado; ou, (ii) caso reconheça o desequilíbrio, a impertinência das medidas impostas pela União e a existência de plano alternativo capaz de assegurar, de maneira equivalente, a sustentabilidade do regime.	DIREITO ADMINISTRATIVO	07/08/2025			Х												
995		1. Na hipótese de publicação de entrevista, por quaisquer meios, em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se comprovada sua má-fé caracterizada: (i) pelo dolo demonstrado em razão do conhecimento prévio da falsidade da declaração, ou (ii) culpa grave decorrente da evidente negligência na apuração da veracidade do fato e na sua divulgação ao público sem resposta do terceiro ofendido ou, ao menos, de busca do contraditório pelo veículo; 2. Na hipótese de entrevistas realizadas e transmitidas ao vivo, fica excluída a responsabilidade do veículo por ato exclusivamente de terceiro quando este falsamente imputa a outrem a prática de um crime, devendo ser assegurado pelo veículo o exercício do direito de resposta em iguais condições, espaço e destaque, sob pena de responsabilidade nos termos dos incisos V e X do artigo 5º da Constituição Federal; 3. Constatada a falsidade referida nos itens acima, deve haver remoção, de ofício ou por notificação da vítima, quando a imputação permanecer disponível em plataformas digitais, sob pena de responsabilidade.	DIREITO CIVIL	06/08/2025				X											
1186		É constitucional a inclusão da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).	DIREITO TRIBUTÁRIO	09/08/2025	х														
1220		É formalmente constitucional o § 14 do art. 85 do Código de Processo Civil no que diz respeito à preferência dos honorários advocatícios, inclusive contratuais, em relação ao crédito tributário, considerando-se o teor do art. 186 do CTN.	DIREITO TRIBUTÁRIO	19/08/2025	х														
1279	RE 1452421	Em vista da modulação de efeitos no RE 574.706/PR, não se viabiliza o pedido de repetição do indébito ou de compensação do tributo declarado inconstitucional, se o fato gerador do tributo ocorreu antes do marco temporal fixado pelo Supremo Tribunal Federal, ressalvadas as ações judiciais e os procedimentos administrativos protocolados até 15.3.2017.	DIREITO TRIBUTÁRIO	22/08/2025	Х														



		Temas sem Repercussão Geral Julho-Agosto/20	25	
Tema	Leading case	Título do Tema	Ramo do direito	Data da decisão
1414		Contagem de tempo de atividade rural exercido por pessoa com menos de 12 anos à época do serviço para fins de concessão de benefício previdenciário.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	09/08/2025
1416	ARE 1526032	Enquadramento em posto inicial da carreira militar durante o período de participação em curso de formação.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	23/08/2025
1418	RE 1529933	Possibilidade de avanço escolar e conclusão de ensino médio para fins de matrícula em curso de nível superior de estudantes do sistema regular que utilizam o sistema de Educação para Jovens e Adultos (EJA).	DIREITO À EDUCAÇÃO	23/08/2025

		Temas com determinação de suspensão nacional Julho-A	gosto/2025	
Tema	Leading case	Título do tema	Ramo do direito	data da determinação da suspensão
1404	RE 1537165	"Provas obtidas pelo Ministério Público por requisição de relatórios de inteligência financeira ou de procedimentos fiscalizatórios da Receita, sem autorização judicial e/ou sem a prévia instauração de procedimento de investigação formal." Determinada SUSPENSÃO, EM ÂMBITO NACIONAL, de todos os processos pendentes que trarem matéria discutida no tema 1404 da Repercussão Geral. Fica igualmente determinada a suspensão dos efeitos futuros das decisões já proferidas que contrariem o entendimento firmado no Tema nº 990 da Repercussão Geral, bem como a suspensão da contagem do prazo de prescrição da pretensão punitiva nos processos sobrestados.	DIREITO PROCESSUAL PENAL	20/08/2025



Recursos Repetitivos - STJ



Temas STJ afetados Julho-Agosto/2025

					Ι.	C	âmara	s Cív	eis				Câma	aras (Criminais	0	outros
Tema	Recurso (s)	Questão controvertida	Ramo do direito	Acódão de Afetação	1ª, 2ª e 3ª	4ª e 5ª	6ª e 8ª 7ª e			. 17º e		OE	19	2ª S	s ^a , 4 ^a e 5 ^a	Eleito ral	Feder Tra
1366	REsp 2124922/RJ REsp 2164976/RJ	Definir se é possível a utilização de prova emprestada, relacionada à perícia realizada em outras ações judiciais, a fim de comprovar o caráter especial das atividades exercidas pelos aeronautas, mesmo que no processo tenha sido juntado PPP fornecido pelo empregador, sem menção à submissão do trabalhador a agentes nocivos.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	01/07/25					113-								х
1367	REsp 2205262/RJ REsp 2201422/RJ REsp 2200477/RJ	Definir se na hipótese de prisão por delito cometido durante o período de prova do livramento condicional ainda não revogado, o termo inicial da nova execução será a data da prisão ou o dia seguinte ao encerramento do benefício.	DIREITO PROCESSUAL PENAL	09/07/25									х	х	х		
1368	REsp 2199164/PR	Definir se a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) deve ser considerada para a fixação dos juros moratórios a que se referia o art. 406 do Código Civil antes da entrada em vigor da Lei n° 14.905/2024.	DIREITO CIVIL	05/08/25	х	х	х	x x	x	х	х	Х					
1369	REsp 2133933/DF REsp 2025997/DF	Definir se a cobrança de ICMS-DIFAL em operações interestaduais destinadas a consumidor final contribuinte do imposto estava suficientemente disciplinada na Lei Complementar n. 87/1996 (Lei Kandir), antes da entrada em vigor da Lei Complementar n. 190/2022.	DIREITO TRIBUTÁRIO	18/08/25	х												
1370	REsp 2205049/RS REsp 2178138/SC	Interpretação do art. 103, caput, I e II, da Lei n. 8.213/1991 à luz das redações introduzidas pela Lei n. 10.839/2004 e a Lei n. 13.846/2019, de modo a aferir a existência, ou não, de prazos de decadência distintos e autônomos para revisar (i) o ato de concessão e (ii) o ato de deferimento ou indeferimento de pedido administrativo de revisão de benefícios previdenciários.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	19/08/25			Х										
1371	REsp 2175094/SP REsp 2213551/SP	Definir se a prerrogativa do fisco de arbitrar a base de cálculo do ITCMD decorre diretamente do CTN ou está sujeita às normas específicas da Unidade da Federação.	DIREITO TRIBUTÁRIO	19/08/25	х												
1372	REsp 2174178/SC REsp 2181166/SP REsp 2191532/ES	Definir se a contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidem sobre o ICMS-DIFAL (Diferencial de Alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).	DIREITO TRIBUTÁRIO	19/08/25	Х												
1373	REsp 2198235/CE REsp 2191364/RS	Definir se o IPI não recuperável incidente sobre a operação de compra de mercadoria para revenda integra a base de cálculo dos créditos da contribuição ao PIS/Pasep e da Cofins.	DIREITO TRIBUTÁRIO	19/08/25	х												
1374	REsp 2204349/MG	Definir se o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) equipara-se ou não ao crime de organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013), de modo a impedir a progressão especial de regime prevista no art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984 destinada a apenada gestante, mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.	DIREITO PENAL	26/08/25											х		
1375	REsp 2167029/RJ REsp 2196667/SP	I-) a obrigação de a operadora de plano de saúde custear ou reembolsar despesas médico- hospitalares efetuadas pelo beneficiário fora da rede credenciada e sua respectiva extensão, nas hipóteses de insuficiência da rede credenciada ou de urgência ou emergência; II-) (in)admissibilidade dos recursos especiais interpostos para a rediscussão das conclusões dos acórdãos recorridos quanto aos pressupostos fáticos que permitem o custeio ou reembolso parcial ou integral, pelo plano de saúde, das despesas médico-hospitalares efetuadas pelo beneficiário fora da rede credenciada.	DIREITO CIVIL	28/08/25				х									



Temas STJ com acórdão de mérito publicado Julho-Agosto/2025

							Câma	iras	Cíveis	s			C	âmara	s Crimina	is Outro	s
Tema	Recurso (s)	Tese Firmada	Ramo do direito	Acódão de mérito	1ª, 2º e 3ª					13ª, 14ª, 15ª e 16ª		19ª a	DE :	1º 2º	3ª, 4ª e 5ª	Eleito Feder ral al	Traba Ihista
1099	REsp 1897867/CE	Prescrição decenal (art. 205, CC/2002) da pretensão de restituição dos valores pagos a título de comissão de corretagem, quando o pedido de repetição dirigido contra a incorporadora/construtora tiver por fundamento a resolução do contrato em virtude de atraso na entrega do imóvel, contandose o prazo desde a data em que o adquirente tiver ciência da recusa da restituição integral das parcelas pagas.	DIREITO CIVIL	21/08/25	x	x	х	х	xx		х	х					
1248	REsp 2077135/RJ REsp 2077138/RJ REsp 2077319/RJ REsp 2077461/RJ	Nas execuções fiscais fundadas numa única Certidão de Dívida Ativa, composta por débitos de exercícios diferentes do mesmo tributo, a determinação da alçada, prevista no art. 34, e §caput 1º, da Lei n. 6.830/1980, deverá considerar o total da dívida constante do título executivo.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	17/06/25	Х												
1258	REsp 1953602/SP REsp 1986619/SP REsp 1987628/SP REsp 1987651/RS	 1 - As regras postas no art. 226 do CPP são de observância obrigatória tanto em sede inquisitorial quanto em juízo, sob pena de invalidade da prova destinada a demonstrar a autoria delitiva, em alinhamento com as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema. O reconhecimento fotográfico e/ou pessoal inválido não poderá servir de lastro nem a condenação nem a decisões que exijam menor rigor quanto ao standard probatório, tais como a decretação de prisão preventiva, o recebimento de denúncia ou a pronúncia. 2 - Deverão ser alinhadas pessoas semelhantes ao lado do suspeito para a realização do reconhecimento pessoal. Ainda que a regra do inciso II do art. 226 do CPP admita a mitigação da semelhança entre os suspeitos alinhados quando, justificadamente, não puderem ser encontradas pessoas com o mesmo fenótipo, eventual discrepância acentuada entre as pessoas comparadas poderá esvaziar a confiabilidade probatória do reconhecimento feito nessas condições. 3 - O reconhecimento de pessoas é prova irrepetível, na medida em que um reconhecimento inicialmente falho ou viciado tem o potencial de contaminar a memória do reconhecedor, esvaziando de certeza o procedimento realizado posteriormente com o intuito de demonstrar a autoria delitiva, ainda que o novo procedimento atenda os ditames do art. 226 do CPP. 4 - Poderá o magistrado se convencer da autoria delitiva a partir do exame de provas ou evidências independentes que não guardem relação de causa e efeito com o ato viciado de reconhecimento. 5 - Mesmo o reconhecimento pessoal válido deve guardar congruência com as demais provas existentes nos autos. 6 - Desnecessário realizar o procedimento formal de reconhecimento de pessoas, previsto no art. 226 do CPP, quando não se tratar de apontamento de indivíduo desconhecido com base na memória visual de suas características físicas percebidas no momento do crime, mas, sim, de mera identificação de pessoa que o depoente já conhecia anteriorment	DIREITO PROCESSUAL PENAL	30/06/25*										× ×	х		
1272	REsp 1956088/RN REsp 1972255/RN REsp 1972258/RN REsp 1972326/RN REsp 2041316/RN REsp 2033428/RN REsp 2033429/RN REsp 2033430/RN REsp 2033604/PE REsp 2108872/RN REsp 2108878/RN REsp 2108878/RN REsp 2108882/RN REsp 2108897/RN	O adicional noturno não será devido ao servidor da então carreira de Agente Federal de Execução Penal nos períodos de afastamento, ainda que considerados como de efetivo exercício.	DIREITO ADMINISTRATIVO	21/08/25												x	



Temas STJ com acórdão de mérito publicado Julho-Agosto/2025

						C	âmar	as Cív	veis				Câi	maras	Crimina	is	Out	ros	
Tema	Recurso (s)	Tese Firmada	Ramo do direito	Acódão de mérito	1ª, 2ª e 3ª	4º e 5º		ª, 9ª 11 ⊵ 10ª 1	lªe 14	3ª, 4ª, 17 5ª e 18	ªe 19 8ª 2	OE º a	12	2ª	3ª, 4ª e 5ª 6	Eleit ral	to Fed	der Traba al Ihista	
1278	REsp 2121878/SP	Em decorrência dos objetivos da execução penal, a leitura pode resultar na remição de pena, com fundamento no art. 126 da Lei de Execução Penal, desde que observados os requisitos previstos para sua validação, não podendo ser acolhido o atestado realizado por profissional contratado pelo apenado.	DIREITO PROCESSUAL PENAL	19/08/25									х	х	х				
1279	REsp 2126264/MS	Nas ações de busca e apreensão de bens alienados fiduciariamente, o prazo de 5 dias para pagamento da integralidade da dívida, previsto no art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei n. 911/69, começa a fluir a partir da data da execução da medida liminar.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	21/08/25	х	х	х	x :	x >	x >	()	<							
1284	REsp 2117355/MG REsp 2118137/MG REsp 2120300/MG	A vedação ao reexame necessário da sentença de improcedência ou de extinção do processo sem resolução do mérito, prevista pelos art. 17, § 19º, IV, c/c o art. 17-C, § 3º, da Lei de Improbidade Administrativa, com redação dada pela Lei n. 14.230/2021, não se aplica aos processos em curso, quando a sentença for anterior à vigência da Lei n. 14.230/21.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	30/06/25*		х													
1308	REsp 2136644/AL REsp 2141105/RN	A vedação de nova admissão de professor substituto temporário anteriormente contratado, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento do contrato anterior, contida no art. 9º, III, da Lei 8.745/1993, não se aplica aos contratos realizados por instituições públicas distintas.	DIREITO ADMINISTRATIVO	19/08/25		х	х												
1311	REsp 2057984/CE REsp 2139074/PE	O curso do prazo prescricional da obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública não é suspenso durante o cumprimento da obrigação de implantar em folha de pagamento imposta na mesma sentença.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	16/06/25		х	х	х											
1313	REsp 2169102/AL REsp 2166690/RN	Nas demandas em que se pleiteia do Poder Público a satisfação do direito à saúde, os honorários advocatícios são fixados por apreciação equitativa, sem aplicação do art. 85, § 8º-A, do CPC.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	16/06/25		х	х												Ī
1326	REsp 2154735/AM REsp 2154746/PI	O prazo prescricional da pretensão de cobrança de complementação de recursos relativos ao Valor Mínimo Anual por Aluno (VMAA), repassado ao FUNDEB/FUNDEF, deve ser apurado mês a mês, e não anualmente, por cuidar de hipótese de relação de trato sucessivo, que se renova mensalmente, não havendo falar de prescrição do próprio fundo de direito, mas apenas das parcelas relativas ao quinquênio que precedeu a propositura da ação.	DIREITO ADMINISTRATIVO	19/08/25													×	(
1333	REsp 2186684/MG REsp 2185716/MG REsp 2184869/MG REsp 2185960/MG	1 - A agravante prevista no art. 61, II, "f", do Código Penal é aplicável às contravenções penais praticadas no contexto de violência doméstica contra a mulher, salvo se houver previsão diversa pela Lei das Contravenções Penais, por força do que dispõem seu art. 1º e o art. 12 do Código Penal. 2 - Não é possível tal aplicação para a contravenção penal de vias de fato, prevista no art. 21 da Lei das Contravenções Penais, na hipótese de incidência de seu §2º, incluído pela Lei n. 14.994/2024, por força dos princípios da especialidade e da proibição de bis in idem.	DIREITO PENAL	18/08/25									х	x	х				



	Temas STJ com acórdão de mérito publicado Julho-Agosto/2025																	
							Câmaras Cíveis					c	Câmaras Criminais			Outros		
Tema	Recurso (s)	Tese Firmada	Ramo do direito	Acódão de mérito	1ª, 2ª e 3ª	4ª e 5ª	6ª e 8ª, 7ª e :	9º 11º .0º 12º	13ª, e 14ª, l 15ª e 16ª	17ª e : 18ª	O 17º e 19º a 18º 20º		a 2ª	3ª, 4ª e 5ª	6ª Ele	eito Fede ral al	r Traba Ihista	
1342	PEcn 2101/170/SD	A remuneração decorrente do contrato de aprendizagem (art. 428 da CLT) integra a base de cálculo da contribuição previdenciária patronal, da Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GIIL-RAT) e das contribuições a terceiros.	DIREITO TRIBUTÁRIO	19/08/25												x		
1346	REsp 2174051/SP REsp 2174052/SP	Não é admissível o recurso especial que discute a transferência, com base em normativos da ANEEL (art. 218 da Resolução Normativa ANEEL n. 414/2010, alterado pela Resolução ANEEL n. 479/2012 e sucedido pela Resolução Normativa ANEEL n. 959/2021), da responsabilidade pela manutenção do sistema de iluminação pública, registrado como Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, pelas distribuidoras de energia elétrica aos municípios e ao Distrito Federal.	DIREITO ADMINISTRATIVO	19/08/25												x		



Notícias em destaque



Atividade pode ser parâmetro para fixar valor de taxa de fiscalização do estabelecimento, decide STF

Entendimento fixado em recurso com repercussão geral será aplicado a todos os casos semelhantes em tramitação na Justiça

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o tipo de atividade exercida pelo estabelecimento pode ser usado como parâmetro para a fixação do valor de taxa de serviço de fiscalização prestado ao contribuinte. A decisão unânime foi tomada na sessão virtual encerrada em 18/8, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 990094, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.035). Dessa forma, a tese fixada será aplicada a todos os casos semelhantes em tramitação na Justiça.

Em seu voto, o relator do recurso, ministro Gilmar Mendes, observou que o fato gerador do tributo em questão decorre do exercício do poder de polícia, que engloba a atividade de controle, vigilância e fiscalização de estabelecimentos. Ele explicou que as taxas instituídas em razão do exercício do poder de polícia têm sua arrecadação vinculada ao custeio dos serviços públicos que as justificam, de modo que o valor cobrado deve guardar relação específica com os gastos decorrentes da atividade que se pretende remunerar.

A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte:

"É constitucional considerar o tipo de atividade exercida pelo contribuinte como um dos critérios para fixação do valor de taxa de fiscalização do estabelecimento."

Veja mais em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/tipo-de-atividade-pode-ser-usado-como-parametro-para-fixar-valor-de-taxa-de-fiscalizacao-do-estabelecimento-decide-stf/



Repetitivo define que leitura pode gerar remição de pena, desde que validada por comissão imparcial

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.278), definiu que, "em decorrência dos objetivos da execução penal, a leitura pode resultar na remição de pena, com fundamento no artigo 126 da Lei de Execução Penal (LEP), desde que observados os requisitos previstos para sua validação, não podendo ser acolhido o atestado realizado por profissional contratado pelo apenado".

O entendimento da seção de direito penal deverá ser observado pelos tribunais de todo o país na análise de casos semelhantes, conforme determina o artigo 927, inciso III, do Código de Processo Civil (CPC).

A questão submetida ao rito dos repetitivos era definir se há ou não a possibilidade de remição da pena pela leitura, pois o artigo 126 da LEP fala apenas em remição por trabalho ou estudo. O relator, ministro Og Fernandes, afirmou que, embora a LEP não especifique as modalidades de estudo válidas para a remição de pena, a interpretação da norma deve contemplar a leitura como atividade passível de gerar esse benefício. Segundo salientou, a leitura atende à finalidade de ressocialização dos apenados, em consonância com a jurisprudência do STJ e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Veja mais em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/27082025-Repetitivo-define-que-leitura-pode-gerar-remicao-de-pena--desde-que-validada-por-comissao-imparcial.aspx



#Ficaadica NUGEPNAC

Aproveite para ir até a página do NUGEP e explorar nossos materiais de apoio.

https://www.tjpr.jus.br/nugep-manuais-e-material-deapoio